

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008319-83.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Indenização por Dano Moral**
 Impugnante: **Amilcar Alberto Pereira**
 Impugnado: **Kiutaro Tanaka**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação à gratuidade deferida ao autor do feito principal.

Segundo o impugnante, algumas rendas foram omitidas pelo autor, que possui patrimônio de monta, inclusive "salão comercial e construção de salas comerciais, o que justifica rendimentos locatícios" (fl. 02), além de um "imóvel onde está estabelecido uma casa lotérica com área de QUASE MEIO QUARTEIRÃO" (fl. 02).

Com a inicial vieram documentos.

O impugnado aduziu a intempestividade e inépcia. Quanto ao mérito, pediu a improcedência.

Réplica às fls. 81/84.

É o relatório.

Decido.

A questão da tempestividade já foi abordada no feito principal, não merecendo nova análise.

Quanto à inépcia, de nenhuma valia a argumentação por ser evidente o que busca o impugnante.

As esclarecedoras fotografias juntadas com a impugnação (fls. 15/18) são mais do que suficientes para demonstrar que muito possivelmente o que consta na declaração de IR da parte não corresponde à realidade. Isso se soma à existência de dois imóveis, um veículo ano 2012, 50% de participação em sociedade empresarial Ltda e aplicações em banco, para deixar evidente o descabimento do benefício.

Assim, por óbvio que ao benesse legal foi mal deferida, sendo este o momento oportuno para a correção.

A gratuidade está reserva àqueles que dela precisam, e o impugnado longe está da necessidade.

Isso posto e considerando o mais que dos autos consta **JULGO PROCEDENTE** o presente incidente e, em consequência, **revogo** o benefício da assistência judiciária deferido.

Diante do caráter incidental desta medida não há que se falar em sucumbência.

Prossiga-se na ação principal, anotando-se.

PRIC



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 03 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**